

## **A COLETA SELETIVA EM UM PROJETO DE PESQUISA PARTICIPATIVA**

Angela Martins Baeder  
Profa. Dra. Centro Universitário Fundação Santo André  
email [baedpint@yahoo.com.br](mailto:baedpint@yahoo.com.br)

e  
Nídia Nacib Pontuschka -  
Profa. Dra. da FEUSP e GEOGRAFIA  
email [nidia@usp.br](mailto:nidia@usp.br)

**Eixo Temático:** Dinâmica urbana e rural, transporte, energia e sustentabilidade

### **Resumo – A Coleta Seletiva em um Projeto de Pesquisa Participativa**

A organização de sistemas municipais de coleta seletiva, com a inclusão de catadores(as) tem se ampliado, nas últimas décadas. Na Região Metropolitana de São Paulo, BR, a coleta seletiva tem apoiadores, mas há muito a realizar com as equipes técnicas de governo e, imprescindivelmente para a gestão participativa, com os catadores(as), seu fortalecimento, qualificação e “empoderamento”.

O objetivo desta pesquisa participativa, desenvolvida no interior do Projeto Gestão Participativa de Resíduos Sólidos (PGPRS- convênio inter universidades - Brasil. Canadá) prevê ações educativas, a sistematização e análise dessas ações, com o pressuposto básico do cooperativismo, visando ampliar a autonomia, a identidade ética, saúde, auto estima e a busca de soluções concretas para a comercialização em rede dos resíduos e a inclusão dos catadores(as) nas políticas públicas.

A pesquisa enfrenta desafios, pois os envolvidos são pessoas extremamente sofridas, da camada mais espoliada da pirâmide social, que têm como modelo (valores e relações interpessoais) do modo capitalista de produção, onde a hierarquia e a competição predominam, antagonicamente ao cooperativismo, exigência fundamental na construção de outra lógica.

A preocupação atual do Projeto é o entendimento da Nova Lei da Coleta Seletiva, aprovada em 2010.

Palavras chaves: Educação Ambiental, Pesquisa participativa, Inclusão de catadores, Cooperativismo, Lei Política Nacional de Resíduos Sólidos/2010

## INTRODUÇÃO

No presente trabalho, vai ser feita uma análise acerca do cooperativismo e das ações formativas com catadores para a construção participativa de políticas públicas de Resíduos Sólidos Recicláveis, vivenciadas no âmbito do Projeto Gestão Participativa e Sustentável de Coleta Seletiva (PSWM), também conhecido como Projeto de Coleta Seletiva Brasil Canadá. Desenvolvido a partir de 2005, por meio de convênio entre a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP)/BR, a Universidade de Victoria (UViC)-CA e a Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (FAFE)/BR, com catadores (as) da Região Metropolitana de São Paulo e municípios cujos governos vêm implantando programas de Coleta Seletiva com inclusão social, o Projeto tem os objetivos principais de apoiar a formalização das políticas públicas, garantindo a participação de coletivos de catadores por meio de seu fortalecimento enquanto “sujeito social”, a ampliação de autonomia, de sua autoestima e, ainda, de melhoria das condições de trabalho e renda.

A implantação desses sistemas de gestão tem exigido mudanças de posturas internamente nas prefeituras, legislações inovadoras e, mais recentemente, a maior organização do trabalho e profissionalização das cooperativas participantes. É um processo lento, complexo no qual se defrontam conceitos e ações antigos com aqueles inovadores, havendo conflitos de interesses de diferentes setores. Há muitos desafios e um dos mais importantes diz respeito à “eficiência” dos sistemas e das cooperativas.

Tendo em vista ser essa forma de gestão muito recente e incipiente em muitos municípios, uma das perguntas centrais é se o que deve ser questionado é a eficiência dos sistemas e das cooperativas dos catadores, ou a eficiência do processo de construção desses sistemas?

Há outros aspectos a considerar com relação à eficiência, como a fragilidade dos catadores, mesmo em sua crescente organização, frente à força daqueles que detém o poder econômico e sobre o poder público enquanto representante de interesses públicos.

Estes são componentes do complexo cenário atual da coleta com participação dos catadores. Neste trabalho nos propomos explicitar alguns marcos

fundamentais da construção desses sistemas, as contradições, do ponto de vista da inclusão dos catadores, e dimensões das ações educativas, os desafios e os avanços, que não foram poucos nas últimas décadas.

## IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS MUNICIPAIS E GESTÃO DE RESÍDUOS – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A organização e implantação dos sistemas municipais de coleta seletiva com participação dos catadores tem se modificado significativamente, no Brasil, desde a década de 90, quando novos governos municipais assumiram priorizar as questões socioambientais em suas políticas públicas.

A coleta seletiva tem se ampliado, como mostram os dados de algumas instituições. Relativamente à quantidade de municípios brasileiros, ainda são poucas as cidades que desenvolvem estratégias para a coleta diferenciada destes resíduos secos, porém, segundo pesquisas do CEMPRE, esse número tem aumentado, desde 1994 (nesse ano eram 81 municípios; em 2008, 405 cidades e em 2010, 443). (CEMPRE, 2011). Hoje, 22% da população é atendida pela coleta diferenciada. Destes, 75% inclui cooperativas em seus programas ou fazem esse serviço com alguma forma de apoio a catadores(as).

Outros trabalhos têm mostrado a importância tanto da coleta seletiva quanto da gestão integrada de resíduos. Em trabalho desenvolvido na cidade de Belo Horizonte, foi constatado por meio do cruzamento de dados da ampliação da disposição de resíduos de construção civil nos locais apropriados e a ocorrência de Dengue na cidade. Efetivamente os dados quantitativos mostram uma curva descendente da doença em contraposição direta à curva ascendente da deposição desses resíduos. (I&T, 2009)

A implantação dos sistemas de coleta seletiva se dá de forma bastante heterogênea, com relação às intenções políticas do poder público: em alguns casos buscando claramente o fortalecimento dos catadores, sua autonomia, organização enquanto movimento social e a ampliação da economia solidária. Em outros, a preocupação fica restrita a montagem de cooperativas, sem a construção da participação desses trabalhadores.

O fortalecimento aqui é entendido como aumento de autonomia, o reconhecimento da capacidade de realização de trabalhos tecnicamente competentes na coleta seletiva e entendimento das razões históricas de sua condição social, possibilitando a ação coletiva, enquanto movimento social.

Do ponto de vista das políticas públicas nacionais, neste período houve mudanças na concepção mesma de saneamento básico, retratada na Lei da Política Nacional de Saneamento Básico em 2007. O novo conceito inclui os resíduos sólidos como parte do Saneamento Básico, abrindo possibilidades de melhoria dos sistemas, inclusive com relação ao aspecto orçamentário, permitindo a contratação de cooperativas nos sistemas de limpeza urbana.

O Projeto de Gestão Participativa e sustentável de resíduos (PSWM) é importante neste contexto de mudanças por encadear processos para a construção de políticas públicas de resíduos sólidos, de maneira participativa, estreitando o diálogo entre catadores e prefeituras. Em muitos municípios, há tentativas de formulação dessas políticas públicas, com inclusão de catadores. Porém, toda a contribuição para o processo de organização desses catadores, dentro dos princípios do cooperativismo e da economia solidária, é importante do ponto de vista da emancipação dos catadores e da consolidação dos programas municipais de coleta com inclusão de catadores. Muitos desses programas não têm conseguido superar vários desafios, incluindo a organização do trabalho coletivo, a formação para a autogestão e ainda as dificuldades das próprias equipes técnicas das prefeituras em lidar com essa forma de organização desse tipo de sistema de coleta. (ROMANI, 2004)

Nas cidades de São Paulo e do ABC houve o fortalecimento da organização do movimento social de catadores(as) de materiais recicláveis e construção de políticas públicas de resíduos com a inclusão desses sujeitos.

Na cidade de São Paulo, houve o fortalecimento de organizações de catadores e, por outro lado, da estruturação de novos sistemas públicos com sua inclusão. Vários catadores do PSWM, de grupos dessa cidade vêm participando da articulação desde a década de 90, e em 2003 participaram do trabalho de formação para a implantação do Programa de Coleta Seletiva Solidária da Prefeitura Municipal de São Paulo-BR (PCSS).

O cooperativismo tem sido central em processos de formação e constituição de Redes de Catadores na perspectiva da economia solidária e da sua inclusão nos Programas Municipais de Coleta Seletiva. A estruturação e implantação deste Programa retratam muitos desafios e contradições, como é possível entender do histórico nessa cidade.

### COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA – São Paulo – SP/BR - 2003

Estruturar os programas municipais com inclusão de catadores é uma mudança de paradigma: o poder público parte da dinâmica social concreta, desenvolvendo uma solução tecnicamente viável, mas considerando também as dimensões política e social, mantendo uma visão democrática participativa. Além disso, as questões vinculadas aos resíduos passam a ser entendidas como ambientais e não somente de limpeza urbana.

A construção do Programa PCSS ocorreu de forma participativa e compartilhada entre governo e sociedade civil. A nova lógica valorizava os interesses de outra parcela da sociedade e o trabalho dos catadores.

Para a implantação das primeiras quatro Centrais de Triagem, houve o processo formativo, denominado “capacitação” pela prefeitura, implicando a formação e o fortalecimento dos catadores, para assumirem coletivamente o trabalho e a gestão dessas centrais. O objetivo maior foi a consolidação das Centrais, com a organização do trabalho, a oficialização das cooperativas, a elaboração de materiais de apoio, como regimento interno, banco de dados de compradores, organização da logística da coleta, venda de materiais, com destaque para o desenvolvimento da autonomia e autogestão.

O resgate da auto estima foi um aspecto essencial para tratar das questões do ponto de vista humano, por ser esta uma parcela da população marcada pela exclusão. A passagem da prática individual, predominante, para a cooperativa solidária era um objetivo fundamental. Isto implicava mudanças de valores, de atitudes, de visão de mundo com alteração nas relações interpessoais e no trabalho, o que se apresentava como uma tarefa árdua e exigente do ponto de vista da equipe de formadores e dos catadores (as)

Ao longo dos trabalhos a autoestima aumentou, o pessoal se re-valorizou, inclusive diminuindo as tensões internas nas centrais.

Apesar de haver um vínculo entre os catadores, ainda era preciso fortalecer a identidade. Houve flutuação entre os catadores, pois muitos não puderam participar de todos os encontros. A gestão de uma Central e mesmo o reconhecimento de sua situação na sociedade era fundamental para a organização do trabalho, sendo necessário fortalecer a identidade.

Na formação foram feitas atividades dinâmicas priorizando a linguagem oral com enfoque no cooperativismo e na cooperativa. Na época, muitos dos catadores tinham dificuldades na linguagem escrita. O diálogo com o poder público para a implementação de programas de coleta com catadores(as) foi o eixo norteador da aprendizagem, o caminho principal a ser sistematizado, de onde foram extraídas conclusões importantes pelos catadores, sobre si, sua atuação no grupo e as razões de sua condição de vida.

Um dos conceitos fundamentais na formação era o de "cooperativismo", uma vez que se pretendia o fortalecimento da relação cooperativa e democrática no trabalho das Centrais, dentro dos princípios de cooperativismo e da Economia Solidária. Uma das necessidades era identificar as Representações Sociais relacionadas ao *cooperativismo* aos saberes construídos na trajetória de vida de cada um. (BAEDER, 2009)

Levantar e discutir as *Representações Sociais* permitiu aos catadores a melhor compreensão do significado do cooperativismo. De acordo com Moscovici, na representação social se incluem formas específicas de conhecimento prático, produzidas e mobilizadas na vida cotidiana. Delas fazem parte significados e "um conjunto de conceitos, propostas e explicações que surgem na vida cotidiana, num processo de comunicação interpessoal". (Moscovici, 1982 apud Nascimento-Schulze, 2000, p.70).

No final da formação, os resultados foram satisfatórios no sentido do fortalecimento dos catadores como participantes de um processo, mas havia necessidade de continuidade porque não se provocam mudanças de comportamentos e de visão de mundo apenas com um curso.

No final de 2003, houve dificuldades de diálogo entre a prefeitura e catadores, principalmente em função de a prefeitura contratar empresas para operar a coleta seletiva onde havia catadores. Com isso gerou-se muito rejeito nas Centrais: o material chegava contaminado por resíduos orgânicos e prensado pelos caminhões, dificultando e, até mesmo, impedindo a sua triagem.

Muitas outras situações educativas com catadores de materiais recicláveis foram realizadas no Programa de Coleta Seletiva Solidária da Prefeitura da Cidade de São Paulo (PCSS-PMSP) e abriu caminho para o início de outra parceria: com o Canadá, o Projeto Gestão Participativa e Sustentável de Resíduos Sólidos (PSWM), também um processo político-pedagógico que tem a perspectiva de construir autonomia dos sujeitos envolvidos e contribuir para a participação e apropriação cidadã do contexto histórico e ambiental.

O resultado não foi somente relativo às questões do trabalho, mas permitiu o crescimento da autonomia, o enriquecimento das interações entre os grupos. Do ponto de vista pedagógico, nas experiências de formação (PCSS-SP e PSWM), foram fundamentais o reconhecimento da importância e amplitude do seu trabalho nas dimensões ambiental e social para as cidades envolvidas.

### PROJETO BRASIL CANADÁ: OBJETIVOS E AÇÕES

O PSWM é também um processo político-pedagógico formado na perspectiva de construir autonomia individual e coletiva dos agentes envolvidos e contribuir para a participação e apropriação cidadã do contexto histórico e ambiental.

Dentre os objetivos destacam-se a formação dos catadores(as) para o fortalecimento da organização interna nas cooperativas; o fomento à interação entre as cooperativas, associações de catadores e os governos municipais dos diferentes municípios para a criação de políticas públicas com inclusão de catadores, a aproximação com os governos locais e a venda coletiva dos resíduos, fomentar a pesquisa e o intercâmbio do conhecimento. Entender experiências de sucesso em que poder público e catadores articulam-se para ter uma coleta seletiva eficiente, como o caso da cidade de Londrina-PR, Ribeirão Preto –SP, tem sido bastante marcante.

Estruturado de forma compartilhada entre esse agentes, o projeto tem como objetivo principal o fortalecimento dos catadores (as), e sua inclusão social duradoura, pela implantação e implementação de políticas públicas de resíduos sólidos, que tenham como princípio a participação dos catadores(as).

Este trabalho inclui a formação coletiva de seus integrantes - catadores, técnicos das prefeituras, comunidade acadêmica e integrantes de outras instituições parceiras-, para a gestão compartilhada, para aspectos específicos da coleta seletiva, para a construção de interações entre catadores(as) e poder público, em saúde desses trabalhadores, na estruturação dos grupos para a gestão da coleta seletiva enquanto negócio -dentro dos princípios do cooperativismo e da Economia Solidária- e nas questões ambientais.

O desenvolvimento de ações concretas, como a Venda Coletiva dos materiais coletados, tem estimulado a participação de novos grupos, inclusive de cidades vizinhas. Além dos encontros reuniões de formação para as diferentes temáticas, foram realizadas oficinas de vídeo, de fotografia e de gênero e um curso de introdução à informática. Está em processo um subprojeto sobre a Saúde do Catador, em um primeiro momento participam 2 cooperativas da cidade de São Paulo, 1 de São Bernardo do Campo e 1 de Diadema. .

A formação dos catadores(as) se dá de maneira dialogada, com sistematização das vivências. O planejamento e (re) planejamento coletivo das ações é realizado de 2 em 2 meses, observando uma metodologia participativa para a busca de saídas para os inúmeros problemas operacionais da coleta, armazenamento e comercialização de materiais recicláveis.

O resultado não foi somente relativo às questões do trabalho, mas o crescimento da autonomia individual e coletiva, o enriquecimento das dinâmicas internas no que diz respeito às relações humanas. Do ponto de vista pedagógico, nas duas experiências de formação (PCSS-SP e PSWM) foram fundamentais o reconhecimento da importância e amplitude do trabalho nas dimensões ambiental e social para as cidades envolvidas.

O diálogo com o poder público, para a construção e implementação de programas municipais de coleta seletiva com catadores(as), constituiu o eixo norteador da aprendizagem, foi o caminho principal percorrido, sistematizado e de onde foram extraídas conclusões importantes pelos catadores, sobre si, sobre sua atuação no grupo e sobre as razões de sua condição de vida.



## NOVA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS: AVANÇOS E IMPASSES

Depois de 20 anos de discussão de propostas de política pública e de alternativas para melhorar as condições de vida e de trabalho para os catadores de materiais recicláveis, foi aprovada a lei da Nova Política de Resíduos Sólidos, Lei 12 305/2010, no governo do Presidente Lula.

A Lei foi considerada uma vitória para a categoria dos catadores(as), mas a euforia não durou muito. Os apoiadores e técnicos que acompanham o processo de formação dos catadores, ao se debruçarem sobre vários itens e alíneas da lei descobrem “brechas” que poderão ser danosas para os catadores(as) se eles não estiverem alertados para alguns pontos considerados nevrálgicos. Há necessidade de que eles se apropriem da Lei em suas minúcias, ela precisa ser bem entendida pelos agentes envolvidos com os resíduos sólidos, tais como, catadores, cooperativas, governos municipais e empresários para saber como agir dentro dos ditames da Lei.

Algumas modificações na Lei dizem respeito à inclusão dos catadores, e a pergunta a ser feita é: quais desafios se colocam em relação à inclusão social dos catadores?

Com a perspectiva dessa reflexão o Projeto de Coleta Seletiva Brasil Canadá propôs a realização de um seminário tendo como objetivo maior o debate sobre os pontos significativos da Lei. Foram convidadas para a mesa redonda de 2/3/2011 pessoas que acompanham, há muito tempo, o trabalho dos catadores em São Paulo e em outras partes do Brasil: Senhor Roberto Laureano da Rocha, representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; Carlos Henrique A. Oliveira, arquiteto urbanista, assessor do Ministério do Meio Ambiente e Minoru Kodama, economista e estudioso dos movimentos sociais dos catadores.

Apresentação da mesa: alguns destaques das falas

O Senhor Roberto Rocha destacou:

*- a importância da mobilização dos catadores no sentido de pressionar os empresários para que os direitos colocados na Lei sejam concretizados. Esta é a grande questão dos catadores.*

- a *Logística Reversa (LR)* é uma mudança cultural e abrangente em gestão de resíduos sólidos. Há uma responsabilidade compartilhada entre catadores e empresários do município para um acordo setorial... O que é LR para os empresários? A Coca Cola doa prensa, balança e chama isso de LR.
- As cooperativas precisam participar dos acordos setoriais com a FIESP, ABIVIDROS e outras.
- Os municípios que dizem que vão construir usinas de incineração estão em conflito com a Lei . O que o município de São Bernardo do Campo faz está em conflito com a Lei.
- Há necessidade de construir sérios planos setoriais de resíduos municipais, estaduais e regionais.
- Os catadores precisam entrar em contato com o Ministério Público, Jurídico e Técnico. Isto para que se fortaleçam e pressionem.
- Os catadores devem ter acesso aos recursos, incentivos e linhas de financiamentos pela união de ações relativas aos resíduos sólidos.
- Os catadores diante do novo movimento precisam cada vez mais ser profissionais. Os momentos são difíceis e cada etapa exige reflexão.

### **Carlos Henrique A. Oliveira**

No sentido de auxiliar os catadores(as) a compreenderem melhor as mudanças provocadas pelas leis recentemente aprovadas, Carlos Henrique retoma aspectos essenciais da Lei de Saneamento Básico - 11 445/2007:

- é voltada para a *Gestão Integrada* e o gerenciamento ambientalmente correto.
- Os princípios básicos da Lei são a *cooperação entre o poder público e o setor empresarial, a. proteção da Saúde Pública e do Meio Ambiente.*
- Os instrumentos para a implantação da Lei são os *Planos de Resíduos Sólidos, a LR e a Educação Ambiental.* Os planos de Resíduos Sólidos devem estar prontos até 2012 e o Ministério Público dará apoio técnico e jurídico para sua elaboração, para diagnosticar quanto a população gera de resíduos sólidos e a proposição de metas de crescimento, com a ajuda da economia solidária.
- Os lixões deverão ser eliminados até 2/8/2014.
- Deve-se aumentar a compostagem de resíduos orgânicos.
- A prioridade das ações deve ser o manejo de resíduos sólidos. A incineração não é a prioridade do País; é preciso estimular o catador e a catadora.

### **Minoru Kodama**

Minoru começou a fala perguntando: *O que acontece em São Bernardo do Campo?*

- A coleta será feita por uma empresa e os catadores não terão mais contato com a população.
- Os municípios de Itu e Barueri estão com o mesmo plano de construção da chamada Usina Verde de São Bernardo do Campo.
- A ABL UP vai explorar todo o Serviço de Limpeza Urbana do município..

- *Lidamos com o grande capital. Haverá a mecanização do lixo e do trabalho, o que já ocorreu com a cultura da cana-de-açúcar. (todas as etapas da cultura desde o plantio até a colheita foram mecanizadas).*

- *Minoru pergunta novamente - Qual é o jogo político e econômico para a incineração?*

- *Deve-se fazer um Plano de Resíduos para o Brasil. A questão que se coloca é a relação TRABALHO e CAPITAL. É preciso analisar os planos no âmbito das conjunturas locais.*

- *O Presidente Lula disse aos catadores que eles tinham que se profissionalizar.*

- *Deve-se lutar para que o catador tenha um piso salarial nacional.*

- *A questão do trabalho está em risco.*

- *O Brasil, a Índia e outros países estão sofrendo as pressões do empresariado e os catadores também estão se organizando.*

Das palestras pode-se depreender as seguintes considerações:

1. Os catadores(as) precisam se apropriar da lei e compreender como deverão se organizar para continuar a coleta seletiva dentro dos parâmetros prescritos e evitar que a incineração seja implantada no Brasil e provoque intensa crise no trabalho e amplie os impactos ambientais já existentes.

2. A eficiência no trabalho da Coleta exige a continuidade da organização dos catadores(as), e a comercialização em rede dos resíduos recicláveis, tal como já existe em alguns municípios brasileiros que necessitam de maior articulação.

3. Houve acordo entre os palestrantes de que os catadores(as) precisam se profissionalizar para maior eficiência no trabalho e para aumentar a quantidade de materiais coletados e comercializados.

4. Há necessidade de articulação para participar com os demais agentes, empresas e governos, na elaboração dos planos setoriais em diferentes escalas: local, estadual e nacional, obedecendo as diversidades existentes no País e promovendo a integração social dos trabalhadores.

5. Não aceitar os planos das empresas que queiram desconsiderar a Lei (que preconiza a utilização dessas tecnologias como último recurso, esgotadas a diminuição da geração, o reuso e a reciclagem) indo direto para a incineração dos resíduos, queimando materiais que poderiam contribuir para economizar recursos naturais imprescindíveis à continuidade da vida de futuras gerações;

6. Ruptura da ação enquanto agentes ambientais locais; Não contato dos catadores com a população, havendo uma

7. Não aceitar a implantação de soluções que acabam com o comprometimento de boa parcela da população, alcançado durante inúmeros processos de educação ambiental e relacionamento com catadores na busca da diminuição da geração de resíduos, do consumo consciente e da participação em processos coletivos como a coleta diferenciada, e, portanto, das soluções para os problemas socioambientais.

## A REFLEXÃO DOS CATADORES APÓS A MESA REDONDA

Os catadores discutiram em grupos pequenos e, depois da apresentação para o conjunto dos presentes, fizeram as seguintes propostas de encaminhamento:

- Sistematizar o debate e socializar para os catadores(as), fortalecendo as articulações;
- Construir um documento com a reflexão dos grupos para ajudar no diálogo com os municípios;
- Criar novas formas de inclusão dos catadores(as) avulsos, ou seja, ainda não incluídos no sistema formal de coleta dos municípios;
- Entrar no ministério público contra a instalação do incinerador em São Bernardo do Campo (SP);
- Encaminhar o documento para os Comitês Regionais dos Catadores<sup>1</sup>;
- Distribuir as apresentações para os Comitês;
- Montar uma comissão para encaminhar as decisões;
- Procurar a comunidade para discutir e fortalecer a proposta;
- Envolver os representantes da sociedade civil, igrejas, entidades na assinatura do documento.<sup>2</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

<sup>1</sup> Os Comitês Regionais são vinculados ao Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis (MNCR)

<sup>2</sup> Foi formada uma Comissão para articular as ações contra incineração em SBC e marcada reunião para o dia 14/03/2011, para continuidade das ações e sua reflexão.

O grupo participante do último seminário foi formado por lideranças e pessoas que vivenciaram nos coletivos, seja no movimento de catadores seja nas “capacitações”, proporcionadas pelos governos municipais e outras instituições.

Faz-se necessário traçar algumas considerações sobre um dos aspectos fundamentais na complexa interação hoje existente na realidade dos grupos de catadores e governos, em relação à **eficiência**, na implantação de um outro “modelo” de Coleta Seletiva.

A discussão entre os catadores, sobre a atual legislação demonstrou boa articulação e a existência de um potencial organizativo, o compromisso com a construção de novas relações com empresas e governos locais.

Essas competências são requisitos para a organização das cooperativas, para a decisão sobre a logística interna de um centro de triagem, sobre a logística externa na definição dos trabalhos com os transportes, o potencial para trabalhar coletivamente, enfim, esse grupo demonstra um diferencial em relação aos catadores que atuam isoladamente pelas ruas das cidades.

Ao longo das ações dos últimos anos, no Projeto de Coleta Seletiva Brasil Canadá, priorizou-se, enquanto princípio metodológico, o posicionamento dos participantes, a definição coletiva de encaminhamentos, a participação e a tomada coletiva de decisões.

A maioria dos trabalhos do PSWM foi desenvolvida como a metodologia do seminário sobre a lei e de acordo com os vários depoimentos dos catadores, é fundamental o seu fortalecimento para a construção da autonomia, emancipação, do ponto de vista histórico e, ainda, competência para repensar as ações e estratégias no trabalho.

Outro princípio metodológico é o respeito à cultura e saberes desses trabalhadores. Muitas soluções são encontradas a partir do saber da prática dos catadores. A etapa de sistematização desses saberes é fundamental, pois nesse momento são apreendidos, são repensados os percursos realizados, e deles se parte para encontrar soluções.

Até há pouco tempo, essa parcela da população era completamente ignorada pela sociedade, incrementar um processo com sua inclusão significa propiciar a superação da dificuldade do trabalho coletivo, já que sua origem está num

trabalho individual e, mais que isso, isolado do esquema de produção: na definição de horários, na divisão de tarefas, na confiança mútua, na co-responsabilização, na compreensão dos ganhos, no diálogo necessário à definição da logística de uso dos equipamentos públicos, entre outros aspectos dessa transposição para o trabalho coletivo.

Ampliar a eficiência da coleta exige a melhoria do sistema público, com a disponibilização de caminhões, manutenção adequada dos galpões, melhorar equipamentos para a coleta “porta a porta”, aumentar a Educação Ambiental para maior adesão da população e inclusão dos catadores ainda desligados dos sistemas. Implica ainda no apoio para melhorar a organização do trabalho, a condição de saúde e a prevenção de riscos no espaço de trabalho.

A crescente adesão de municípios a esse modelo de coleta com catadores, nos últimos 16 anos, estampam a preocupação em buscar novas soluções para os resíduos. Muitos governos municipais têm avançado nessa direção, melhorando inclusive a eficiência do ponto de vista da geração de renda e melhorando a inclusão social, como no caso de Diadema que remunera o serviço de coleta feito pelos catadores. Porém, por se tratar de um sistema novo há ainda muitos desafios, como já mencionado, ressaltando-se aqui o de efetivar a gestão participativa do sistema municipal.

Enfim, para a eficiência dos sistemas e das cooperativas, há necessidade do preparo para a gestão e organização do trabalho em suas múltiplas dimensões: desde a promoção da autoestima, até a organização do trabalho, propriamente.

No diálogo em seguida da apresentação da mesa, no seminário do PSWM, ficou evidente a clareza dos catadores, sobre a importância de discutir e entender a nova lei. Havia uma expectativa de participação de 30 pessoas e estiveram presentes 60. Este é um indicador da importância que se dá a esse debate, e dele para seu futuro trabalho.

A participação nos pequenos grupos e as decisões tomadas vão na direção do seu efetivo fortalecimento, diante das novas negociações com empresas, agora obrigadas a darem soluções para seus resíduos.

Os avanços no posicionamento dos catadores, na participação na busca de soluções neste coletivo, é uma condição fundamental, nos sistemas de gestão

ambiental. Porém, diante da problemática atual, há necessidade de outros encontros para planejamento de melhoria e ampliação da coleta, com participação de diferentes atores.

Os catadores têm clareza da necessidade de se fortalecer diante da utilização de novas tecnologias pelas prefeituras, que colocam em risco o seu “ganha pão”, abortam a consciência ambiental, camuflando a problemática de resíduos, distanciando os consumidores da sua responsabilidade no sentido de participar das decisões e construção de saídas para os problemas socioambientais, acarretando consequências muito sérias para a sociedade.

### REFERÊNCIAS

BAEDER, A. M. **Educação Ambiental e Mobilização Social: Formação de Catadores na Grande São Paulo**. Tese doutorado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: FEUSP, 2009.

\_\_\_\_\_ e GOETTEMS, A.A.. O processo educativo para a construção da cidadania: O estudo do meio na escola e a formação de catadores no programa municipal de coleta seletiva. Anais: **Semana da Educação- 2006**. FEUSP. São Paulo: USP. 2006.

BRASIL. Lei Federal – Política Nacional de Resíduos Sólidos. 2010.

GUTBERLET, J.; BAEDER, A. M. . Informal recycling and occupational health in Santo André, Brazil. **International Journal of Environmental Health Research**, v. 18, p. 01-15. 2008.

MOSCOVICI, S. **A Representação Social da Psicanálise**. Zahar: Rio de Janeiro, 1978.

NASCIMENTO-SCHULSE, Clélia M. Representações Sociais da Natureza e do Meio Ambiente. In **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, Edição Temática, p. 67-81. 2000.

PINTO, Tarcísio de Paula. **Relatório técnico gestão de resíduos da construção em Belo Horizonte**. São Paulo: I&T Informações e Técnicas em Construção Civil, 2009

PONTUSCHKA, Nídia Nacib (org). **Ousadia no Diálogo**. Interdisciplinaridade na escola pública. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2001.